Jacques Le Goff

Os Intelectuais na Idade Média

JOSÉ OLYMPIO
EDITORA

reitor está à frente da instituição. Como em Paris, as *nações* é que o escolhem — é muito vivo e muito complexo o sistema das *nações* em Bolonha. Duas federações as agrupam, a dos *Citramontanistas* e a dos *Ultramontanistas*. Cada uma delas está dividida em muitas seções, em número variável — até dezesseis para os Ultramontanistas —, representadas por conselheiros (*consiliarii*) que desempenham um papel importante junto ao reitor.

O poder da corporação universitária baseia-se em três privilégios essenciais: a autonomia jurisdicional — no quadro da Igreja, com algumas restrições locais, e o poder de apelação do papa —, o direito de greve e de secessão, o monopólio da colação dos graus universitários.

Organização dos estudos

Depois, os estatutos universitários regulamentam a organização dos estudos. Definem a duração dos estudos, os programas de cada curso, as condições dos exames.

As indicações a respeito da idade dos estudantes e da duração dos estudos infelizmente são imprecisas e muitas vezes contraditórias. Variaram segundo os momentos e os lugares, e alusões esparsas nos fazem pressentir que a prática às vezes se afastava muito da teoria.

Em primeiro lugar, com que idade se entrava na universidade e com que bagagem? Muito jovem, sem dúvida, mas aqui surge o problema: as escolas de gramática faziam ou não faziam parte da universidade, o ensino da escrita, por exemplo, era dado antes da entrada na universidade ou, como pretende Istvan Hajnal, constituía uma de suas funções essenciais? Um fato indiscutível é que a Idade Média distinguiu mal as ordens de ensino: as universidades medievais não são apenas

estabelecimentos de ensino superior. Nosso ensino primário e secundário realizava-se parcialmente dentro delas ou por elas era controlado. O sistema dos *colégios* — do qual falaremos adiante — ainda aumenta essa confusão recebendo meninos a partir da idade de oito anos.

Pode-se dizer, grosso modo, que o ensino básico das universidades — o das *artes* — durava seis anos para alunos entre os 14 e os 20 anos; isso é que prescreviam em Paris os estatutos de Robert de Courson. Compreendia duas etapas: o diploma do secundário (*baccalauréat*), ao fim de dois anos, pouco mais pouco menos, e o doutoramento (*doctorat*), no fim dos estudos. Medicina e Direito eram cursos para as idades seguintes, entre 20 e 25 anos. Os primeiros estatutos da Faculdade de Medicina de Paris prescrevem seis anos de estudos para a obtenção de licença ou doutoramento em Medicina — uma vez obtido o mestrado em Artes. A Teologia, por fim, exigia longo fôlego. Os estatutos de Robert de Courson exigem oito anos de estudo e idade mínima de 35 anos para obtenção do doutoramento. Na verdade, a duração da formação do teólogo parece ter chegado mesmo a quinze ou dezesseis anos: simples ouvinte durante os seis primeiros anos, o aluno devia cumprir os estágios a seguir: explicar especialmente a Bíblia durante quatro anos, as *Sentenças* de Pierre Lombard durante dois anos.

PROGRAMAS

O ensino consistia, essencialmente, em um comentário de textos, mas os estatutos mencionavam também as obras do programa de exercícios universitários. Também neste ponto, os autores variam quanto às datas e lugares. Na Faculdade das Artes, lógica e dialética estão à frente, pelo menos em Paris, onde quase todo Aristóteles é exigido nos comentários,

EXAMES

Por fim, eram regulamentados os exames e a obtenção dos graus. Também aqui, cada universidade tinha seu uso, e os modificava com o tempo. Eis dois currículos escolares típicos: o do jurista bolonhês e o do *artista* parisiense. O novo doutor bolonhês obtinha seu grau em duas etapas: o exame propriamente dito (*examen* ou *examen privatum*) e o exame público (*conventus, conventus publicus, doctoratus*), que era mais uma cerimônia de investidura.

Algum tempo antes do exame privado o candidato era apresentado pelo *consiliarius* de sua nação ao reitor, ao qual jurava que cumpriria as condições exigidas pelos estatutos e que não tentaria corromper os examinadores. Na semana que precedia a data do exame, um dos mestres o apresentava ao arcediago, respondendo por sua capacidade de enfrentar a prova. Na manhã da prova, depois de ouvir a Missa do Espírito Santo, o candidato comparecia diante do colégios dos doutores, um dos quais lhe dava duas passagens para comentar. O examinando retirava-se, então, para sua casa a fim de preparar esse comentário que faria no fim do dia em um local público (mais frequentemente a catedral), diante de um júri de doutores, em presença do arcediago, que não podia intervir. Depois do comentário exigido, ele respondia às perguntas dos doutores, que em seguida se retiravam e votavam. Quando se chegava a uma decisão por maioria, o arcediago proclamava o resultado.

Aprovado no exame, o candidato tornava-se licenciado, mas não recebia o título de doutor e, na verdade, não podia ensinar como mestre a não ser depois do exame público. Conduzido com pompa à catedral, lá o licenciado fazia naquele dia um discurso e lia uma tese sobre um ponto de direito, que defendia em seguida contra estudantes que o contradiziam, desem-

dernos, feito de uma pele de carneiro dobrada em quatro, chama-se peça: pecia. *Graças a essas peças, que os copistas reproduzem uma após outra, e cuja reunião constitui isso a que chamamos o* exemplar, *o espaço de tempo gasto por um único copista para fazer uma única cópia torna-se suficiente, no caso de uma obra que compreende sessenta peças, para que quarenta escribas possam operar cada um sua transcrição sobre um texto corrigido sob o controle da Universidade e se torna de todo modo texto oficial."*

Essa publicação do texto oficial dos cursos teve importância capital nas universidades. Os estatutos da Universidade de Pádua declaram em 1264: *se não houvesse exemplares não haveria Universidade.*

A intensificação do uso do livro pelos universitários cria uma série de consequências. Progressos obtidos na confecção do pergaminho permitem obter folhas não tão espessas, mais flexíveis e menos amarelas do que as dos manuscritos anteriores. Na Itália, onde a técnica é mais avançada, as folhas são muito finas e de uma brancura brilhante.

O formato do livro muda. Antes ele era sensivelmente aquele de nossos in-fólios. *É uma dimensão que só convém a manuscritos escritos nas abadias e que lá devem permanecer.* Agora o livro é consultado muitas vezes, transportado de um lugar para outro. Seu formato diminui, torna-se mais fácil de ser manuseado.

A minúscula gótica, mais rápida, substitui a antiga letra. Varia de acordo com os centros universitários: há a minúscula gótica parisiense, a inglesa, a bolonhesa. Também ela corresponde a um progresso técnico. O abandono da pena feita de caniço pela pena de pássaro, em geral de ganso, dá *"mais comodidade e rapidez ao trabalho".*

A ornamentação dos livros diminui: capitulares e miniaturas são feitas em série. Se os manuscritos de direito se tor-

universitários, passam ao domínio da jurisdição universitária. Engordam os efetivos da corporação, aumentam-na com uma expansão total de artesãos auxiliares. A indústria intelectual tem suas indústrias anexas e derivadas. Alguns desses produtores e comerciantes são já grandes personagens. Ao lado "dos artesãos cuja atividade se reduzia à venda de algumas obras de ocasião", outros "expandem essa atividade até o ponto de se tornarem editores internacionais".

O MÉTODO: A ESCOLÁSTICA

Com seu equipamento, o técnico intelectual tem seu método, a escolástica. De eruditos ilustres, à frente dos quais está monsenhor Grabmann, contou-se a constituição e a história. O padre Chenu em sua *Introduction à l'étude de saint Thomas d'Aquin* expôs isso de maneira luminosa. Dessa escolástica, vítima de difamações seculares e na qual é tão difícil penetrar sem aprendizagem, de tal forma é desencorajador seu aspecto técnico, tentemos separar o rosto e o alcance. A palavra do padre Chenu nos serve de fio condutor: *Pensar é um* ofício *cujas leis estão minuciosamente fixadas.*

VOCABULÁRIO

Leis da linguagem em primeiro lugar. Se das famosas controvérsias entre realistas e nominalistas estava repleto o pensamento medieval, é que os intelectuais da época davam às palavras um justo poder e se preocupavam em definir-lhe o conteúdo. É essencial para eles saber que relações existem entre a palavra, o conceito, o ser. Nada mais extremo do que esse cuidado com o verbalismo de que foi acusada a escolástica

O LIVRO COMO INSTRUMENTO

O livro universitário é um objeto muito diferente do livro da Alta Idade Média. Agora, o livro se liga a um contexto técnico, social e econômico totalmente novo. É expressão de uma outra civilização. A própria escrita muda e se adapta às novas condições, como bem viu Henri Pirenne: "*O cursivo corresponde a uma civilização em que a escrita é indispensável à vida da coletividade tanto quanto à dos indivíduos; a minúscula (da época carolíngia) é uma caligrafia apropriada à classe dos letrados, no seio da qual a instrução se confina e se perpetua. É altamente significativo constatar que o cursivo reaparecerá ao lado dela na primeira metade do século XIII, quer dizer, precisamente na época em que o progresso social e o desenvolvimento da economia e da cultura leigas irão generalizar outra vez a necessidade da escrita.*" Os belos trabalhos do padre Destrez[1] mostraram todo o alcance da revolução que se opera no século XIII na técnica do livro, cuja arte está na oficina universitária.

Não apenas os autores que constavam do programa deviam ser lidos pelos mestres e os estudantes, mas os cursos dos professores deviam ser conservados. Os estudantes acompanhavam os cursos tomando notas (*relationes*) e possuímos um certo número delas. Melhor ainda, esses cursos eram publicados e deviam sê-lo rapidamente para que pudessem ser consultados no momento dos exames. Assim, tinha que ser produzido um certo número de exemplares ao mesmo tempo. A base desse trabalho é a *pecia*. Leiamos a descrição do padre Destrez: "*Uma primeira cópia oficial da obra que se pretende pôr em circulação é feita em cadernos de quatro fólios, deixados independentes uns dos outros. Cada um desses ca-*

[1] *La pecia dans les manuscrits universitaires du XIIIe et du XIVe s.*, 1935.

e no qual, aliás, ela caiu por vezes, no século XIII e não poucas vezes depois dele. Os pensadores e os professores da Idade Média querem saber de que falam. A escolástica faz-se à base de gramática. Os escolásticos são os herdeiros de Bernard de Chartres e de Abelardo.

DIALÉTICA

Leis da demonstração, a seguir. O segundo estágio da escolástica é a dialética, conjunto de procedimentos que fazem do objeto do saber um problema, que os dialéticos expõem, defendem sua solução contra os opositores, resolvem-no e convencem o ouvinte ou o leitor. O perigo aqui é o raciocínio vazio — não mais o verbalismo, porém a verborragia. À dialética é preciso dar um conteúdo não apenas de palavras mas de pensamento eficaz. Os universitários são os descendentes de João de Salisbury, que dizia: *A lógica, por si só, fica exangue e estéril; não carrega em si nenhum fruto do pensamento, se, por outro lado, não concebe.*

AUTORIDADE

A escolástica se alimenta de textos. Trata-se de um método de autoridade, que se apoia sobre uma dupla base das civilizações precedentes: o Cristianismo e o pensamento antigo enriquecido, como se viu, pela contribuição árabe. É fruto de um momento, de um renascimento. Digere o passado da civilização ocidental. A Bíblia, os Padres, Platão, Aristóteles, os árabes são os dados do saber, os materiais de construção. O perigo aqui é a repetição, o psitacismo, a imitação servil. Os escolásticos herdaram dos intelectuais do século XII o sentido

agudo do progresso necessário e inelutável da história e do pensamento. Com os materiais, construíram sua obra. Aos alicerces acrescentaram andares novos, ergueram edifícios originais. São da linhagem de Bernard de Chartres, montados nas costas dos Antigos para ver mais longe. *Jamais*, diz Gilbert de Tournai, *acharemos a verdade, se nos contentarmos com o que já existe... Os que escreveram antes para nós não são senhores, mas guias. A verdade está aberta a todos, ainda não foi possuída por inteiro.* Admirável ímpeto do otimismo intelectual, oposição ao triste *Tudo está dito, chegamos muito tarde...*

RAZÃO: A TEOLOGIA COMO CIÊNCIA

É que às leis da imitação a escolástica uniu as leis da razão, às prescrições da autoridade, os argumentos da ciência. Melhor ainda, e eis um progresso decisivo do século, a teologia apela para a razão, torna-se uma ciência. Os escolásticos desenvolvem o convite implícito da Escritura que incita o crente a explicar o motivo de sua fé: *Esteja sempre pronto a satisfazer a quem o interrogar, a explicar o que são para você a fé e a esperança* (1Pedro 3, 15). Respondem ao apelo de São Paulo para quem a fé é *o argumento das coisas invisíveis (argumentum non apparentium)* (Hebreus 11, 1). Depois de Guillaume d'Auvergne, pioneiro nesse domínio, e até Santo Tomás, que fará da ciência teológica a exposição mais segura, os escolásticos recorrem à razão teológica, *razão iluminada pela fé* (*ratio fide illustrata*). A fórmula profunda de Santo Anselmo — *fides quaerens intellectus, a fé em busca da inteligência* — estará esclarecida quando Santo Tomás estabelecer como princípio: *a graça não faz desaparecer a natureza, mas a completa (gratia non tollit naturam sed perficit).*

as aulas dadas na parte da manhã pelos outros mestres e pelos diplomados da faculdade cessavam, só o mestre que mantinha sua disputa dava uma aula curta para permitir que os assistentes chegassem; a disputa começava em seguida. Preenchia uma parte mais ou menos considerável da manhã. Todos os diplomados da faculdade e os alunos do mestre que disputava tinham de assistir ao exercício. Os outros mestres e estudantes, parece, estavam liberados; mas não há dúvida de que uma parte deles permanecia lá, em maior ou menor número, dependendo da reputação do mestre e do tema da discussão. O clero parisiense, assim como os prelados e outras autoridades eclesiásticas de passagem pela capital, frequentava habitualmente essas justas que apaixonavam os espíritos. A disputa era o torneio dos clérigos.

A questão a ser discutida na disputa era previamente fixada pelo mestre que devia sustentar a disputa. Assim que se fixava o dia, era anunciada nas outras escolas da faculdade...

A disputa realizava-se sob a direção do mestre; mas não era exatamente ele que disputava. Era um diplomado que assumia a função de responder e assim se iniciava no aprendizado desses exercícios. As objeções eram apresentadas, de ordinário, com sentidos diversos, primeiramente pelos mestres, depois pelos diplomados, e por fim, se ainda coubesse, pelos estudantes. O diplomado respondia aos argumentos propostos e, quando era necessário, o mestre o auxiliava. Tal era, sumariamente, o aspecto de uma disputa normal; mas essa era apenas sua primeira parte, se bem que a principal e a mais movimentada.

As objeções propostas e resolvidas, no desenvolvimento da disputa, sem ordem preestabelecida, apresentavam afinal uma matéria doutrinária bastante desordenada, de qualquer modo mais semelhante a materiais incabados de um canteiro de obra do que aos escombros de um campo de batalha. Isso porque a

Nada menos obscurantista do que a escolástica para a qual a razão se completa na inteligência, cujos raios se tornam luz.

Assim fundamentada, a escolástica foi construída no trabalho universitário, com seus processos próprios de exposição.

OS EXERCÍCIOS: *QUAESTIO*, *DISPUTATIO*, *QUODLIBET*

Com base no comentário de texto, a *lectio*, análise em profundidade que parte da análise gramatical, a qual produz a letra (*littera*), ergue-se a explicação lógica que fornece o sentido (*sensus*) e termina pela exegese que revela o conteúdo da ciência e do pensamento (*sententia*).

Mas o comentário provoca a discussão. A dialética permite ultrapassar a compreensão do texto para ir aos problemas que levanta, faz com que o texto se apague diante da busca da verdade. Uma extensa problemática substitui a exegese. De acordo com procedimentos próprios, a *lectio* se desenvolve em *quaestio*. O intelectual universitário nasce a partir do momento em que põe em questão o texto, que não é mais do que uma base, e então de passivo se torna ativo. O mestre deixa de ser um exegeta, torna-se um pensador. Dá suas soluções, cria. Sua conclusão da *quaestio*, a *determinatio*, é a obra de seu pensamento.

A *quaestio*, no século XIII, separa-se mesmo de todo texto. Existe por si própria. Com a participação ativa dos mestres e dos estudantes, transforma-se em objeto de uma discussão, torna-se a *disputatio*.

O padre Mandonnet[1] dela nos deu uma descrição clássica: *Quando um mestre disputava* [dirigia uma discussão] *todas*

[1] *Revue Thomiste*, 1928, pp. 267-269.

essa sessão de elaboração sucedia-se uma segunda, sob o nome de determinação magistral.

No primeiro dia legível, como se dizia então, quer dizer, o primeiro dia em que o mestre que havia disputado podia dar sua aula, porque um domingo, um dia santo, ou qualquer outro obstáculo podia impedir que isso se desse no dia imediato mesmo à disputa, o mestre retomava em sua escola a matéria disputada na véspera ou alguns dias antes. Começava por coordenar, tanto quanto a matéria o permitisse, as objeções apresentadas contra a tese em uma ordem ou sucessão lógica e a lhes dar sua forma definitiva. Depois dessas objeções, introduzia alguns argumentos a favor da doutrina que iria propor. Iniciava então uma exposição doutrinal, mais ou menos extensa, sobre a questão em debate, e aí fornecia a parte central e essencial da determinação. *Terminava respondendo a cada uma das objeções propostas contra a doutrina de sua tese...*

O ato de determinação, *mandado então para a escrita pelo mestre ou um ouvinte, constitui esses escritos a que chamamos as Questões Disputadas e que são o termo final da disputa.*

Por fim, dentro desse quadro, desenvolve-se um gênero especial: a disputa *quodlibética* [discussão ampla, sobre todas as partes da disputa]. Duas vezes por ano os mestres podiam convocar uma sessão em que se ofereciam para tratar de um problema *levantado por qualquer pessoa sobre qualquer assunto* (denominava-se essa sessão de *quolibet ad voluntatem cujuslibet*, "sobre qualquer assunto à vontade de qualquer pessoa"). Monsenhor Glorieux[1] descreveu esse exercício nos seguintes termos: *A sessão começa na hora terça, ou talvez na hora sexta; em todo caso, bem cedo, porque pode se prolongar por muito tempo. O que a caracteriza, de fato, é o desenvolver-se de modo caprichoso, com interrupções, e a incerteza que paira*

[1]*La littérature quodlibétique*, 1936.

sobre ela. Sessão de disputa, de argumentação como tantas outras; mas com esse traço especial, segundo o qual a iniciativa não depende dos mestres, passa a ser dos assistentes. Nas disputas comuns, o mestre anuncia previamente de que assuntos tratará, já refletiu e os preparou. Na disputa quodlibética, *qualquer um pode provocá-lo sobre qualquer problema. Esse é, para o mestre que é o alvo das perguntas, o grande perigo. As questões, ou objeções, podem vir de todos os lados, hostis ou curiosas, ou malignas, tanto faz. Pode-se interrogá-lo de boa-fé, com o objetivo de conhecer-lhe a opinião; mas pode-se tentar fazer com que ele caia em contradição consigo próprio, ou obrigá-lo a se pronunciar sobre assuntos perigosos que ele preferiria não ter de abordar nunca. Às vezes pode ser um forasteiro curioso, ou um espírito inquieto; às vezes será um rival ciumento ou um mestre desejoso de deixá-lo em situação desagradável. Algumas vezes os problemas serão claros e interessantes, em outras serão ambíguos e o mestre terá muitas dificuldades para vislumbrar-lhes o exato alcance e compreender-lhes o verdadeiro sentido. Alguns permanecerão candidamente no domínio puramente intelectual; outros jogarão principalmente com segundas intenções políticas ou com a difamação... É essencial, já se vê, que aquele que se candidata a uma disputa* quodlibética *tenha uma presença de espírito incomum e uma competência quase universal.*

Assim se desenvolve a escolástica, mestra de rigor, simuladora de pensamento original na obediência às leis da razão. O pensamento ocidental ficou marcado para sempre por ela, fez através dela progressos decisivos. Sem dúvida, é a escolástica do século XIII em pleno vigor, manejada por espíritos agudos, exigentes, no auge. A escolástica *flamejante* do fim da Idade Média poderá com justiça provocar o desprezo de um Erasmo, de um Lutero, de um Rabelais. A escolástica *barroca* suscitará a legítima aversão de um Malebranche. Mas a inspiração e os